



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE
CONTROLE INTERNO**

Emitente: *Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo*

Unidade Gestora: *Prefeitura Municipal de Montanha/ES*

Gestor responsável: *Andre dos Santos Sampaio*

Exercício: 2021.

1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2. Gestão Previdenciária						
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública – PMM – Razão de Palno de Contas referente INSS Serviços e Agentes Políticos exercício de 2021.	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9.717/1998, art. 1º.• Lei 8.212/1991• Lei Local Regime de	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais	CF/88, artigo 40: Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de carácter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público,	Relatório da Prefeitura Municipal de Montanha – Razão do Plano de Contas referente a INSS Servidores e Agentes Políticos – exercício de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

			competência	e suplementares, observando o regime de competência.	dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo	
Constatações: A verificação do relatório Exercício de 2021 foi realizada onde se apresentava a devida liquidação no mês da competência e pagamento no mês seguinte referente ao período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 – Razão do Plano de Contas – INSS Servidores e Agentes Políticos.						
1.3. Gestão patrimonial						
Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	TERALM, TERIMO, BALPAT, TERINT, COMINV.	CRFB/88, art. 37, Caput c/c Lei 4.320/196 4, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis e evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	O TERALM apresentou o valor dos bens em almoxarifado (Bens em estoque/de consumo) referente ao Saldo anterior = R\$ 19.897,55 (dezenove mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos) e o Saldo Atual = R\$ 158.115,25 (cento e cinquenta mil, oitocentos e quinze reais e vinte e cinco centavos), valores estes apresentados conforme inventário do Almoxarifado – material de consumo.	O TERIMO apresenta o valor dos Bens Imóveis referente a Saldo Anterior = R\$ 19.787.528,15 (dezenove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e vinte e oito reais e quinze centavos), com as novas aquisições no 947.280,46 (novecentos mil, duzentos e oitenta reais, quarenta e seis centavos) = totalizando ao final do exercício de 2021 = R\$ 20.734.808,51 (vinte milhões, setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e oito reais e cinquenta centavos) valores estes apresentados conforme Inventário de Bens Imóveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

Constatações: A Portaria nº 003/2017 instituiu a Comissão Permanente (COMINV), responsável pela elaboração dos inventários dos bens patrimoniais das 03 (três) UG's: Prefeitura Municipal de Montanha, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. Conforme TERINT – Termo Circunstanciado de Bens Intangíveis não existem registros de bens de natureza intangível em nenhuma das Unidades Gestoras no ano de 2021.

1.3.3	Disponibilidades financeiras – Depósito e aplicação	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública consolidado – Boletim da Tesouraria	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	LRF – LC 101/00, artigo 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o §3º do artigo 164 da CF: As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.	Toda a movimentação financeira foi efetuada junto aos bancos Banestes, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Cooperativa de crédito sicoob
-------	---	--	--	--	--	---

Constatações: Pelo relatório do Boletim de Tesouraria, os recursos financeiros em sua totalidade disponíveis ao Município de Montanha estão depositados em instituições financeiras oficiais.

1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Análise das peças que compõem a PCA enviadas a esta CGM – Controladoria Geral do Município de Montanha	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	A prestação de Contas Anual enviada a este Tribunal deverá atender a IN para que tenha uma Padronização (uniformidade das atividades do Sistema) Contabilidade (homologações de balancetes por assinaturas digitais) e Transparência (acompanhamento das remessas pelos jurisdicionados).	Após análise de alguns documentos enviados para esta CGM, foi possível preparar este relatório, bem como, os demais relatórios enviados para o TCE-ES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

Constatações: Conforme as peças/documentos integrantes da PCA referente ao Exercício de 2021 enviadas para esta CGM, após análise e elaboração dos relatórios podemos dizer que atendem a Instrução Normativa do TCE-ES.

2. Itens de abordagem complementar

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimentos	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	Análise de conformidade em processos.	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Lei 4.320/1964 – artigo 4º. A lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.	Análise de documentos, relatórios e processos.

Constatações: Após análise de alguns documentos, relatórios e processos, não foram constatadas despesas não autorizadas ou irregularidades lesivas, ilegais ou ilegítimas ao patrimônio público, estando em conformidade com legislação em vigor.

2.2.31	Despesa – liquidação	Análises de conformidade em processos.	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Lei 4.320/1964 – artigo 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.	Análise de documentos, relatórios e processos.
--------	----------------------	--	--------------------------	---	---	--

Constatações: Após análises dos documentos emitidos do software da contabilidade, não verificamos irregularidades, estando em conformidade com os pré-requisitos estabelecidos na legislação.

2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Análises de conformidade em processos.	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua liquidação.	Lei 4.320/1964 Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.	Análise de documentos, relatórios e processos.
--------	--	--	--------------------------	---	---	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

Constatações: Após análises dos documentos emitidos do software da contabilidade, não verificamos pagamento de despesa sem regular liquidação ou irregularidades, estando em conformidade com os pré-requisitos estabelecidos na legislação.

2.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública – PMM: Listagem de Pagamento – Exercício de 2021 – Elementos de Despesa: Sentença Judiciais	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	CF/88, artigo 100: Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim, § 1º ao 20º;	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública – PMM.

Constatações: Verificamos que foram pagas Sentenças Judiciais no valor de R\$ 213.026,50 (duzentos e treze mil e vinte e seis reais e cinquenta centavos) dentro do exercício de 2021, estando em conformidade com os pré-requisitos estabelecidos na legislação.

2.4. Limites constitucionais e legais

2.5. Gestão Previdenciária

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatório emitido do software de Contabilidade Pública: Listagem de Liquidação/Descuento – PMM.	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela	LC 116/03, artigo 6º: Os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato	Relatório de Retenções na Fonte de Prestadores de Serviços, devidas pelas Pessoas jurídicas contratadas pela Administração no Exercício de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

			8.212/199 1. Lei Local.	administração pública.	gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.	
--	--	--	----------------------------------	---------------------------	--	--

Constatações: Conforme relatório emitido do software de Contabilidade Pública: Listagem de Liquidação/Desconto de Retenções na Fonte devidas pelos Prestadores de Serviços Pessoas Jurídicas, podemos destacar que tiveram descontos de INSS, ISS e IRRF totalizando o valor = R\$ 305.916,60 (trezentos e cinco mil e novecentos e dezesseis reais e sessenta centavos), descontado e recolhido no Exercício de 2021, de diversos prestadores de serviços/PJ contratados pelo Município de Montanha.

2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Procedimentos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do ponto de controle	Amostra selecionada
2.6.4	Pessoal – teto	Declaração Recursos Humanos – Folha de Pagamento	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	CF/88, artigo 37, inciso XI: a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, (...) pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos municípios, o subsídio do Prefeito(...).	Análise na folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Montanha – Exercício de 2021.

Constatações: Conforme análise realizada na Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Montanha o teto remuneratório dos servidores públicos do Município de Montanha não excede o subsídio mensal do Prefeito Municipal limite máximo para pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Verificação dos processos realizados no Exercício de 2021 referente a Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações. 8.666/93	Lei 8.666/93, artigo 24: É indispensável a licitação: X- para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; Artigo 25: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, e § 1º e 2º. Artigo 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do artigo 17 e no inciso III e seguintes do artigo 24, as situações de inexigibilidade referidas no artigo 25, necessariamente justificadas (...) – parágrafo único II e III.	Foram realizadas verificações de conformidades nos processos da Prefeitura Municipal de Montanha.
Constatações: As contratações realizadas estão de acordo com Lei 8.666/93.						



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

1.2 Constatações e proposições

Após análise dos pontos de controle sugeridos para análise, a recomendação é para que o Gestor continue observando o cumprimento da LC 101/2000, art. 15 c/c e Lei 4.320/1964, art. 4º, para que não haja irregularidades ao patrimônio público. Bem como mantenha a observação sobre o fiel cumprimento da Lei 4.320, art. 63, para que esteja em conformidade com os pré-requisitos estabelecidos para liquidação das despesas.

Após realização das análises nos processos e procedimentos acima descritos, não foram encontrados achados ou constatações, portanto, desnecessária a indicação de proposições e alertas.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a Prestação de Contas Anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. André dos Santos Sampaio, Prefeito do Município de Montanha/ES, relativa ao Exercício de 2021, conforme CF/88, que dispõe:

Art. 74. *Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

III – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

As verificações de conformidades nas demonstrações contábeis, e nas demais peças que compõem a PCA apresentaram a situação orçamentária, financeira, gestão fiscal e patrimonial, assim como, os demais atos de gestão referente ao Exercício de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA
Estado do Espírito Santo

CONTROLE INTERNO

Foram recebidos na UCCI – Unidade Central de Controle Interno, em 18 de março de 2022, do Setor de Contabilidade os Demonstrativos, Balanços e Balancetes, que compõem a Prestação de Contas Anual do exercício de 2021 do município de Montanha/ES.

O Portal de Transparência tem por objetivo disponibilizar informações sobre a gestão no que tange a execução orçamentária e financeira em tempo real, possibilitando a qualquer cidadão verificar a correta aplicação dos recursos públicos. Deste modo, o Portal da Transparência do município tem tido mudanças para atender as demandas do cidadão, inclusive com inserções de leis e decretos municipais.

Ademais, não foram constatadas irregularidades insanáveis no exercício de 2020 quando da aplicação das técnicas de verificação de processos e procedimentos de controle, escopo apresentado no item anterior e em vista dos procedimentos verificados neste relatório.

Montanha, 31 de março de 2022.

Julcimar Brito Bredoff
Controlador Interno